

Política

ADUBOS TI

GOVERNO

Comissão vai fiscalizar o Executivo

por Zanoni Antunes
de Brasília

A Mesa da Câmara dos Deputados, presidida por Ulysses Guimarães, reúne-se amanhã para aprovar normas de funcionamento da recém-criada Comissão de Fiscalização e Controle, a ser instalada no dia 1º de agosto próximo, que objetivará fiscalizar as contas e a política econômica do governo. Essa será a primeira comissão a ser criada neste ano desde que um ato da Mesa suspendeu a instalação de comissões permanentes e técnicas até a promulgação da Constituinte.

Ontem, após a confirmação da reunião, vários líderes partidários já manifestaram a disposição de engrossar a pauta da comissão com requerimentos que vão desde a situação da dívida externa à importação de alimentos durante a vigência do Plano Cruzado. A Comissão de Fiscalização e Controle dispõe de poderes para convocar ministros, dirigentes de entidades da administração indireta, requisitar documentos e providenciar a realização de perícias e diligências.

Compete à comissão, segundo o Projeto de Resolução nº 297, da Mesa da Câmara, fiscalizar e opinar sobre o processo da tomada de contas do presidente da República, representações do Tribunal de Contas da União (TCU) e recursos de suas decisões, relatórios, balanços e inspeções sobre

PMDB e PFL acham que base política não muda

por Andrew Greenlees
de Brasília

Dirigentes do PMDB e do PFL deixaram claro ontem que consideram pouco prováveis mudanças no sistema de sustentação política do governo federal. "O presidente José Sarney tem uma base confortável, formada pelos dois partidos, que nunca lhe faltaram até agora", disse, por exemplo, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Nun tam bastante diferente do usado na semana passada — quando chegou a falar em rompimento do PFL com Sarney —, o líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço, assinalou que o importante agora é apoiar o Plano Bresser, "cujo sucesso é fundamental para o governo e as instituições". Isso não impede, porém, que membros do partido continuem a se queixar, em conversas reservadas, do que consideram ser falta de atenção do governo federal na distribuição de cargos no segundo e terceiro escalões.

"Não será por cargos que haverá desentendimentos entre os partidos", comenta Ulysses Guimarães, ressaltando, no entanto, que o PMDB permanece como o principal elemento da sustentação política, apesar de reconhecer a existência de "discordâncias" internas no partido. "O PFL perdeu a eleição no ano passado e não pode querer

Sant'Anna deixa comando ao presidente do partido

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, admitiu ontem que prefere que o presidente Ulysses Guimarães assuma o comando da ampliação das bases de sustentação do governo na Câmara e na Constituinte, porque acredita que, com sua liderança, ele consegue ultrapassar os 140 votos garantidos que existem hoje dentro do PMDB, informou a EBN.

O deputado disse também que passará a ser um mero líder, um simples ajudante de Ulysses, mas advertiu: "Não vou me omitir. Se ele fizer alguma coisa de ruim, eu vou falar."

Sant'Anna está convencido de que é inadiável a am-

"Todo apoio será bem-vindo"

por Edson Beú
de Brasília

O ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse, ontem, que o governo está disposto a aceitar apoio de qualquer partido, mesmo do PDS, para ampliar a base de sustentação política no Congresso Nacional. "O governo não dá cartão vermelho para quem quer apoiá-lo", avisou o ministro, acrescentando que "todo apoio será bem-vindo." Costa Couto salientou que "essa é a orientação ao governo".

A adesão de novos partidos não implica substituir a Aliança Democrática por um outro bloco parlamentar; a base de sustentação do governador continua sendo a Aliança Democrática, portanto, o PMDB e o PFL", frisou o ministro.

Ontem à tarde, durante a solenidade do lançamento do programa de emergência para suprimento de energia elétrica para a região Nordeste, o



Ronaldo Costa Couto

chefe do Gabinete Civil confirmou a preocupação de Sarney, no sentido de contemplar o PFL com mais espaço no governo. Bastante prudente, não explicou como isso seria feito, limitando-se a dizer: "Vamos manter um certo equilíbrio dentro da Aliança Democrática". O ministro afirmou que os

as contas de órgãos e entidades da administração federal, direta e indireta.

A proposta de funcionamento da Comissão de Fiscalização e Controle é de autoria do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) e foi encaminhada à Mesa da Câmara no dia 30 de abril deste ano. Em sua justificativa, o deputado concordava que as atividades normais da Câmara não ocor-

ram simultaneamente com o funcionamento da Assembleia Constituinte, mas ressalva, no entanto, que "há imperativos de ordem constitucional, moral e político, que exigem um tratamento especial".

Para ele, "não é admissível que tendo o Poder Legislativo competência tão relevante não procure usá-la com vigor e equilíbrio, levando-se em

cargos da presidência da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco da Amazônia (BASA) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entre outros, estão sendo negociados pelo presidente da República e as lideranças políticas. Mas, garantiu que prevalecerá o critério da "competência".

O ministro do Interior, Joaquim Cavalcanti, espera que a indicação do presidente do BASA seja definida ainda nesta semana. Não quis confirmar se o cargo seria preenchido por um nome do PFL, seu partido. O ministro reconhece como "públicas" as divergências com o superintendente da Sudene, Dorany Sampaio. Mas preferiu não se estender sobre o assunto. Mas levantou a possibilidade de o titular da Sudene sair por problemas de saúde.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, vê com naturalidade a criação de

um bloco suprapartidário para apoiar Sarney. Na sua opinião, trata-se de uma prática comum na vida parlamentar, pois "certas afinidades naturais aos congressistas suplantam as legendas partidárias", explica ele. Por isso, concluiu o ministro, nunca deixou de haver bloco partidário de fato, no Congresso Nacional, apoiando o governo.

No entanto, Aureliano lembrou que o PMDB tem maior responsabilidade sobre a condução da política econômica, pelo fato de ser majoritário na coligação aliancionista e de indicar os dois últimos ministros da Fazenda, Dilsen Funaro e Luiz Carlos Bresser Pereira. O ministro salientou, ainda, que "o PMDB tem maior solidariedade com a política econômica do governo ou, pelo menos, deveria ter". Apesar de o titular da Fazenda não pertencer aos quadros do seu partido, apoiou o ministro Bresser Pereira.

conta mesmo que o Senado Federal já instalou a sua comissão", acrescentando que a Câmara não deixa de atuar quando existem dispositivos constitucionais que exigem a sua manifestação, "quando o povo denuncia irregularidades na administração, quando o próprio governo, por vezes, determina a apuração de responsabilidades".

Na opinião do deputado

Homero Santos (PFL-MG), 1º vice-presidente da Câmara e autor do parecer favorável à proposta de Miro Teixeira, a comissão não deve investigar, "deve acompanhar todo o processo econômico do País" porque entende que "se nós tivéssemos acompanhado há anos essa política talvez os resultados fossem melhores".

O deputado Amaury Mul-

ler, vice-líder do PDT, quer ver a comissão investigando a importação de alimentos durante a vigência do Plano Cruzado, a compra de 328 apartamentos pela Previdência Social e "a obseção do governo em construir a Ferrovia Norte-Sul". Haroldo Lima, líder do PC do B, por sua vez, quer explicações sobre a negociação da dívida externa e a criação de uma auditoria para a dívida.

Irma Passoni, deputada pelo PT paulista, gostaria de ver incluídos na comissão temas como a situação das estatais, quais os critérios para a distribuição de subsídios, como são administrados fundos como o de Tempo de Serviço (FGTS), PIS e Papep, quantos a funcionários públicos constam das folhas de pagamento e seus respectivos montantes, quantos funcionários trabalham no exterior e quantos militares exercem cargos em empresas privadas com atividades paralelas às estatais.

Já o presidente do PT, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, defende a prerrogativa do Congresso para fiscalizar o Executivo. "Uma comissão tem poderes limitados", afirma Lula. Na opinião do líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), a comissão tem função constitucional. "A função do Legislativo é fiscalizar os atos do Executivo e isso serve ao próprio governo, ao País e à democracia", concluiu o líder.

Seplan controla discursos da Aliança

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

A coordenação de assessoria parlamentar da Secretaria do Planejamento (Seplan) está acompanhando os pronunciamentos dos constituintes para o presidente da República. Desde o mês de maio, a assessoria está distribuindo um relatório mensal onde constam os pronunciamentos a favor, contra e neutros em relação ao governo.

Comparando-se os números dos meses de maio e junho, vê-se que a posição do governo melhorou, considerando-se os pronunciamentos contra. Em maio, dos 843 discursos, 44 ficaram a favor (5%), 120 contra (14,0%) e 679 neutros (81,1%). No mês seguinte, dos 1.062 pronunciamentos, o governo recebeu aprovação em 51 deles (4,8%), enquanto os contrários ficaram em 139 pronunciamentos (13,1%) e 872 neutros (82,1%), enquanto os contrários ficaram em 139. No mês de junho, na página 13 do relatório, está a pior amostragem para as autoridades. Nela são consideradas apenas os a favor — 26,8% — e os contrários — 73,2%.

Maciel negociará com Ulysses

por Riomar Trindade
do Rio

Convencido de que somente um entendimento político suprapartidário levará o País a superar suas atuais dificuldades no campo econômico e viabilizará a elaboração de uma Constituição capaz de atender aos anseios dos mais diferentes segmentos da sociedade, o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, anunciou ontem, no Rio, que nas próximas 48 horas manterá novo encontro com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados.

"O pacto político é indispensável, já que o pacto social não é possível", disse Maciel, que hoje cedo — às 7,30 horas —, antes de retornar a Brasília, conversará com o ex-presidente Ernesto Geisel, na sede da Nordeste Química S.A. (Norquisa), no centro do Rio.

O senador pernambucano cumpriu, ontem, uma extensa programação política no Rio, iniciada, pela manhã, com uma reunião com deputados (estaduais e federais), vereadores e dirigentes de diretórios zonais do partido, na Câmara Municipal.

As 13 horas, Maciel almoçou com o conselho diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), acompanhado dos deputados Rubem Medina e Francisco Dornelles (ambos do PFL fluminense) e, à tarde, reuniu-se com empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A noite, ao lado do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, Maciel juntou com o governador Wellington Moreira

OS PARTIDOS E O GOVERNO (Pesquisa Seplan sobre Pronunciamentos em Plenário)							
Partidos	Favoráveis Qtd. %		Contra Qtd. %		Neutros Qtd. %		Total Qtd. %
Total de pronunciamentos	51	100,0	139	100,0	872	100,0	1.062
PMDB	26	51,0	30	21,6	401	46,0	457
PFL	8	15,8	4	2,9	167	19,3	179
PDS	5	9,8	23	16,5	89	10,2	117
PDT	2	3,9	33	23,7	83	9,5	118
PTB	3	5,9	9	6,5	31	3,6	43
PT	1	1,9	21	15,1	38	4,3	60
PDC	4	7,8	3	2,2	17	1,9	24
PCB	0	0,0	3	2,2	3	0,3	6
PL	2	3,9	0	0,0	19	2,2	21
PC do B	0	0,0	11	7,9	12	1,4	23
PSB	0	0,0	2	1,4	9	1,0	11
PMB	0	0,0	0	0,0	3	0,3	3
Total							
Aliança Democrática	34	66,7	34	24,4	568	65,1	636
Outros Partidos	17	33,2	105	79,5	304	34,7	426
							40

Fonte: ASPAR/Seplan

O levantamento, que também é distribuído aos ministros e às lideranças partidárias no Congresso, considera os assuntos mais relevantes de cada mês, não apurando os pronunciamentos em relação aos temas constituintes. No mês passado, os assuntos acompanhados foram o mandato presidencial, o Plano Bresser, a Ferrovia Norte-Sul, o parlamenta-

rismo, a entrevista coletiva do presidente Sarney e o atentado sofrido por ele no Rio de Janeiro.

Mas, se no geral a posição do governo melhorou com a diminuição dos pronunciamentos contrários, na análise por tema ele foi amplamente atacado, por exemplo, em relação ao Plano Bresser e ao seu pronunciamento no Congresso.

Dos parlamentares 47 comentaram os dois temas, sendo 35 contra, 6 a favor e 6 neutros. O mesmo em relação ao mandato do presidente Sarney, quando foram realizados 23 discursos. Destes, 15 pediram eleições diretas em 1988 (quatro anos de mandato), 5 defenderam cinco anos e 3 ficaram neutros. No relatório da Seplan, constam os nomes dos parlamentares e um resumo dos seus pronunciamentos em cada tema.

No mês de junho, o partido que mais falou contra o governo foi o PDT, 23,7%; seguido do PMDB, 21,6%; do PDS, 16,5%; e do PT, 15,1%. A favor do governo, quem mais falou foi o PMDB, 51,1%; seguido do PFL, 15,8%; do PDS, 9,8%; e do PDC, 7,8%. Comparando-se os pronunciamentos de cada bancada, o PMDB — partido do presidente Sarney — foi o que mais atacou o governo no mês de junho: ele falou mal em 30 pronunciamentos (6,5%), enquanto favoravelmente apenas 26 pronunciamentos (5,7%). Já no PFL, foi o inverso: enquanto 4 discursos atacaram (2,3%), 8 ficaram a favor (4,5%).

A cúpula sob críticas

por Riomar Trindade
do Rio

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, ouviu ontem, durante reunião com deputados federais e estaduais, vereadores e dirigentes de diretórios zonais, duras críticas à cúpula pefelistas.

O deputado constituinte Arolde de Oliveira, por exemplo, foi intensamente aplaudido quando solicitou que os membros da mesa que dirigia a reunião, na Câmara Municipal do Rio, abrissem espaço para a manifestação dos dirigentes de base do partido, afirmando que, no governo José Sarney, "o PFL se comporta como um coadjuvante de terceira categoria, de um protagonista de segunda categoria (no caso, o PMDB)".

Oliveira disse a este jornal que o PFL precisa definir, imediatamente, "um papel, uma linguagem adequada ao po-

vo, para não correr o risco de acabar como acabou o PDS, estigmatizado como partido de elite e de direita". Na sua visão, antes mesmo de pleitear cargos no governo federal, o PFL precisa organizar-se pelas bases.

O PMDB, partido majoritário no atual governo, vem sofrendo desgastes e perdendo espaço, e o PFL, por não chegar às bases, não consegue "ocupar esse espaço, dando oportunidade de preenchê-lo ao PTB, ao PL e ao PDC".

O deputado federal Rubem Medina pregou uma "campanha agressiva de filiação" para organizar o partido em todo o estado, tese também defendida pelo deputado Mesquita Bráulio, líder do PFL na Assembleia Legislativa do Rio.

Bráulio afirmou ontem também que, a partir de agora, os deputados estão liberados "para uma discussão individual".

"Felizmente, Sarney já matou essa idéia"

O senador Luiz Viana Filho (PMDB-BA) manifestou-se ontem contrário à formação de um bloco suprapartidário para ampliar a base de sustentação política do governo e atribuiu essa iniciativa "àqueles políticos que querem mostrar que estão mais no governo que os outros".

"Tirar deputados dos partidos, daqui e dali, para fazer um bloco suprapartidário é uma agressão às direções dos partidos e a ne-

gação da vida partidária, da vida parlamentar, e de tudo aquilo que desejamos e precisamos fazer. Felizmente, o presidente Sarney já matou essa idéia" — afirmou o senador à Agência Globo.

Viana Filho disse que não se deve confundir acordos interpartidários, como o que resultou na formação da Aliança Democrática, reunindo PMDB e PFL, com a criação de blocos acima dos partidos.

política, incluindo-se aí a "definição do sistema de governo e do quadro partidário para garantir a construção da democracia". Julga ainda que poderá haver "conveniência e consenso" entre as lideranças partidárias sobre a questão externa.

Em relação aos pronunciamentos de lideranças pefelistas, pleiteando maior espaço (cargos) no governo da Nova República, o senador pernambucano diz que essa é uma "questão secundária". Observa que não se deve confundir uma "postura de corresponsabilidade — afinal, o PFL participa do governo, pois integra a Aliança democrática —, para assegurar a transição, com uma preocupação meramente de ordem fisiológica".

De qualquer modo, considera que o "pacto feito há três anos — Aliança Democrática, reunindo o PFL e o PMDB — precisa ser atualizado, porque a política é dinâmica e fatos novos ocorreram" (naquela época, o PFL tinha apenas 46 deputados federais e hoje sua bancada é de cerca de 130 parlamentares). "O PMDB detém cerca de 80% dos cargos do governo e o PFL menos de um quarto. Essa proporção é, no mínimo, discutível", disse.

Maciel salienta também que o apoio político que o presidente José Sarney necessita, ele tem na Aliança Democrática. Mas concorda com a tese de ampliação da Aliança, com o ingresso de novos parceiros, se isso concorrer para o entendimento.